



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
COORDENADORIA INSTITUCIONAL DE PROJETOS ESPECIAIS – CIPE
CURSO DE PRIMEIRA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA
PLATAFORMA FREIRE – PARFOR

MARIA DAS NEVES ANDRÉ SOARES

A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA:
UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DE ENSINO DESENVOLVIDA NA
E.M.E.F. PROF^a GERCINA ELOY FREIRE.

CAMPINA GRANDE/ PB
AGOSTO/2014

MARIA DAS NEVES ANDRÉ SOARES

**A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA:
UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DE ENSINO DESENVOLVIDA NA
E.M.E.F. PROF^a GERCINA ELOY FREIRE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentando
à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB,
como requisito parcial para obtenção do título
de licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dra. Valdecy Margarida da Silva

CAMPINA GRANDE/ PB

AGOSTO/2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S676e Soares, Maria das Neves André

A Educação na perspectiva Inclusiva [manuscrito] : um olhar sobre a prática de ensino desenvolvida na E.M.E.F Profª Gercina Eloy Freire / Maria das Neves André Soares. - 2014.

44 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Valdecy Margarida da Silva, Secretária de Educação à Distância".

1. Educação Inclusiva. 2. Deficiência. 3. Acessibilidade. I.
Título.

21. ed. CDD 371.9

MARIA DAS NEVES ANDRÉ SOARES

**A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA:
UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DE ENSINO DE SENVOLVIDA NA
E.M.E.F. PROFª GERCINA ELOY FREIRE.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentando à Universidade Estadual da
Paraíba – UEPB, como requisito parcial
para obtenção do título de licenciatura
Plena em Pedagogia.


Data de Avaliação: 02/08/2014

Nota: 10,00

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Prof. Dra. Valdecy Margarida da Silva
(UEPB)



Examinadora: Prof. Dra. Maria José Guerra
(UEPB)



Examinadora: Prof. Ma. Silvana Karla de Farias Lima
(UEPB)

Após amplo processo de busca e construção de conhecimento, chego a uma importante e significativa etapa da minha vida acadêmica, concluir a Licenciatura em Pedagogia. A qual dedico especialmente as minhas duas filhas: Natanyelle Mirely Laureano Ferreira e Maria Júlia André Soares Martins, pois estiveram ao meu lado em todos os momentos e enfrentamentos ao longo do curso. Bem como aos familiares e amigos, que me apoiaram quando necessário no complexo caminho na busca do aprender a aprender.

AGRADECIMENTOS

Ao fim desta importante etapa da minha vida acadêmica é oportuno primeiramente agradecer a Deus, que nos dá diariamente equilíbrio, discernimento e sabedoria para trilhar novos e desafiadores caminhos ao longo de nossas vidas.

Aos meus familiares, que estiveram compartilhando ao longo de todo curso e principalmente ao longo da vida os desafios e conquistas advindas do trabalho e do constante empenho na busca do conhecimento. Em especial as minhas irmãs Bernadete de Lourdes André Gouveia e Maria Roselita André Soares, que sempre que foram convidadas a colaborar nunca se furtaram em dar as mãos e apoiaram no que precisava.

Agradeço a meu pai: in memória Sebastião André Soares e a minha mãe, Margarida Izidro Freire, que me deram a vida e buscaram apesar das poucas condições financeiras e materiais, oferecer oportunidades de estudar, construindo um caminho fértil de descobertas, conhecimentos e saberes. E souberam, principalmente, ensinar o sabor do respeito, da dignidade, da moral e da ética.

Concluo agradecendo a todos os professores da Licenciatura em Pedagogia PARFOR, por tem contribuído significativamente com a permanente formação ao longo do curso. Destacando a dedicação para com o curso da Professora Adalgiza Razia e em especial a orientadora deste trabalho, a Profa. Dra Valdecy Margarida da Silva, ambas do corpo docente da UEPB, por terem nos animado a vencer os desafios apresentados na jornada ora em processo de conclusão.

“Deficiente é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

"Louco" é quem não procura ser feliz".

"Cego" é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria.

"Surdo" é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão.

"Mudo" é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

"Paralítico" é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

"Diabético" é quem não consegue ser doce. "Anão" é quem não sabe deixar o amor crescer.

E "Miserável" somos todos que não conseguimos falar com Deus.

Mário Quintana

SOARES, Maria das Neves André. **A educação na perspectiva inclusiva: um olhar sobre a prática de ensino desenvolvida na E.M.E.F. Prof^a Gercina Eloy Freire.** 50f. (Monografia de conclusão de curso). (Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba. Orientadora: Prof^a Dra. Valdecy Margarida da Silva. Campina Grande, 2014.

RESUMO

Este trabalho aborda a educação na perspectiva inclusiva, cujo foco alimentador é apontar a importância da acessibilidade e inclusão educacional de crianças e adolescentes com deficiência. Tem como objetivos definir acessibilidade humana e distinguir educação inclusiva de educação especial e identificar aspectos que constituem uma escola inclusiva. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental. Estudos demonstraram que o gargalo para a plena efetivação da inclusão educacional é a ausência de aceitação do outro, independentemente de sua condição, ou seja, ausência de acessibilidade humana. Despertar para a importância da acessibilidade humana na efetivação da inclusão educacional e contribuir na construção de conhecimento sobre a vertente da acessibilidade humana. A discriminação, o preconceito, a segregação e o desrespeito aos direitos das pessoas com deficiência em nosso país é gritante. A educação é campo fértil para disseminação da valorização e aceitação das diferenças. Perceber o outro não por suas limitações e sim por suas potencialidades é essencial para que vivamos em uma sociedade coerente, justa e capaz de dizer não a qualquer prática racista. Porém, a educação tem avançado pouco nessa perspectiva, encontramos facilmente professores que não demonstram sensibilidade para realizar metodologias variadas que alcancem as metas da educação especial e permanecem aplicando o velho e conhecido “tradicionalismo” para não dedicar tempo apropriado na organização do material adequado que atendam as crianças ditas “especiais” e porque acham que indivíduos com deficiência não devem frequentar escola regular e sim especial. Desta forma, percebemos a necessidade de dialogar seriamente com aqueles que no dia a dia fazem a educação, porque trabalhamos com pessoas, seres humanos e devemos vê-los e tratá-los com tal; incluir todos em nossas escolas e ofertar a todos uma educação pública e de qualidade deve ser o compromisso social e ético de

todos nós brasileiros, pois a educação pode nos igualar no conhecimento, na capacidade de intervir e construir uma sociedade digna e justa com respeito e valorização do outro.

Palavras - chave: Inclusão Educacional. Deficiência. Acessibilidade Humana. Valorização.

ABSTRACT

This paper focuses on inclusive education perspective, this feeder whose focus is to point out the importance of accessibility and educational inclusion of children and adolescents with disabilities. Define and distinguish human accessibility inclusive education for special education; Identify aspects that constitute an inclusive school. This is a survey of bibliographic and documentary character. Studies have shown that the bottleneck for the full realization of educational inclusion is the lack of acceptance of others, regardless of their condition, I am to be, lack of human accessibility. Awakening to the importance of human accessibility in the effectiveness of educational inclusion and contribute to building knowledge about the human dimension of accessibility. Discrimination, prejudice, segregation and disrespect for the rights of people with disabilities in our country is striking. Education is fertile ground for the spread valorization field and acceptance of differences, understand each other not by their limitations, but by their potential is essential for us to live in a consistent, fair and able to say no to any practice racist society. However, education has made little progress in this perspective, we easily find that teachers do not demonstrate sensitivity to perform various methodologies that achieve the goals of special education and still applying the old familiar "traditionalism" not to devote appropriate time in the organization of appropriate materials that meet children said "special" and because they find that individuals with disabilities should not attend regular and special school yes. Thus we see the need for serious dialogue with those who do the day to day education because we work with people, human beings and we should see them and treat them with such; include everyone in our schools and giving everyone a public education and quality should be the social and ethical commitment of all Brazilians, because education can match the knowledge, the

ability to intervene and build a decent and just society with respect and appreciation of the other.

Key - Words: Educational Inclusion. Disabilities. Human accessibility. Recovery.

SUMÁRIO

0 INTRODUÇÃO	11
1 O PAPEL DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO	13
2 CAPÍTULO I - UMA REFLEXÃO SOBRE O ESTÁGIO	15
2.1 A IMPORTANCIA DA GESTÃO DEMOCRATICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	15
2.1.1 A GESTÃOESCOLAREA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA.....	17
2.2 PRIMEIRO ACESSO A ESCOLARIZAÇÃO.....	19
2.2.1 DIALOGANDO COM A PRÁTICA.....	28
2.3 CONSTRUINDO UMA DIFERENTE PERSPECTIVA DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	31
3. CAPITULO II - A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
5 REFERÊNCIAS BIBIOGRAFICAS.....	44

0 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é constituído de quatro partes distintas, porém, interligadas e igualmente significativas, no tocante a construção do saber no campo da educação na perspectiva inclusiva.

O primeiro momento é constituído de relato sucinto e objetivo do Estágio Supervisionado realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof^a Gercina Eloy Freire na cidade de Remígio – PB. O tema do estágio em questão foi “A importância da Gestão Democrática para o desenvolvimento da Educação Básica”, tendo como foco alimentador a observação da gestão escolar no desenvolvimento de suas atividades cotidianas. Buscando perceber como se dá as relações profissionais, de trabalho e de poder no âmbito escolar. Vislumbrando assim perceber se as decisões são de fato democráticas, se as relações de trabalho e profissionais são dinâmicas e flexíveis.

O segundo momento é constituído pelo relato de estágio realizada na Creche Olivia Bronzeado que é um palco amplo e estratégico de sinergias que conforme seu direcionamento pode confluir para o desenvolvimento substancial da educação infantil e ou torna-se ponto significativo para seu vertiginoso fracasso. Desta forma, o ensino infantil é ponto essencial para o desenvolvimento da educação básica, sendo um divisor de águas na qualidade de ensino praticado na creche.

A terceira parte apresenta, também, relato de estágio supervisionado do Ensino Fundamental I, realizado, também, na E.M.E.F.Prof^a Gercina Eloy Freire, no terceiro ano C, tarde. O qual nos traz importante discussão e reflexão sobre o ciclo de alfabetização, seus desafios, possibilidades e dificuldades que se apresentam ao longo do processo de alfabetização das crianças do Ensino Fundamental.

O quarto e último momento deste trabalho nos traz a possibilidade de perceber como está organizado e estruturado o ensino na E.M.E.F.Prof^a Gercina Eloy Freire. Discute se o mesmo possibilita o acesso e permanência dos alunos atendidos naquela escola, bem como, apresenta aspectos que a caracterizam ou não como escola inclusiva.

Objetivamos conhecer como se dá o processo de inclusão educacional do alunado da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof^a Gercina Eloy Freire no município de Remígio – PB. Como também, conhecer as estratégias adotadas pela

escola, através de programas e projetos educacionais e sociais para garantir aprendizagem, autonomia e liberdade de ser, fazer, crescer e construir dos alunos com deficiência matriculados, proporcionando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades como elemento de autorrealização, preparando-o para a vida, o trabalho e o exercício pleno da cidadania.

Ainda, objetivamos conhecer a E.M.E.F. Prof^a Gercina Eloy Freire e sua clientela; elencar os alunos com deficiência atendidos na escola, de acordo com o nível e modalidade; apontar as limitações espaciais e arquitetônicas da unidade de ensino E.M.E.F Prof^a Gercina Eloy Freire; identificar possíveis limitações ou dificuldades dos professores para trabalhar com alunos com deficiência; observar o nível de interação dos alunos com deficiência com os demais alunos, funcionários e professores e levantar o material de apoio pedagógico disponível na escola.

1 O PAPEL DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

A Educação Inclusiva, fundamentada em princípios filosóficos, políticos e legais dos direitos humanos, compreende a mudança de concepção pedagógica, de formação docente e de gestão educacional para a efetivação do direito de todos a educação pública, gratuita e de qualidade. Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial é definida como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços e realiza o atendimento educacional especializado – AEE de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos público alvo da educação especial. Tal política tem seu respaldo na Constituição do Brasil – 1988, que define no art. 205, que a educação é um direito de todos e, no art. 208, III, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência.

A política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – 2008 – objetiva garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola regular, e na p.15 – define que o AEE tem a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos. O Decreto Nº 6.571/2008, definiu no §1º do art. 1º que Atendimento Educacional Especializado é um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente e prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular e no §2º, determina que o AEE integra a proposta pedagógica da escola, envolvendo a participação da família e a articulação com as demais políticas públicas.

A legislação aqui enfatizada propiciou avanços consideráveis quanto ao respeito, valorização e garantia de acesso tanto no ensino regular, quanto na oferta do AEE. Primeiro porque anteriormente a escola pública, por preconceito, falta de estruturas adaptadas e profissionais sem nenhum tipo de formação e interesse na área, sempre apresentavam diversas dificuldades, visando não receber tais alunos, e quando os recebia a oferta educacional era bastante precária, não garantindo aprendizado algum a tais alunos, ele permanecia anos na mesma série, com o

mesmo professor, até a pessoa com deficiência sentir-se de fato inútil, frustrado e incapaz, em decorrência disso desistir da escola, não mais retornando.

Segundo, porque diante da deficiência apresentada, achava-se que o mesmo não era capaz de aprender, e em decorrência de tal deficiência devia-se tratar com medicamentos, internação e ou tratamento em instituições especializadas, ou seja, a pessoa com deficiência era visto como doente e incapaz para a vida em sociedade, levando as suas famílias a escondê-los e deixá-los quase em situação de isolamento. Logo, para que a pessoa com deficiência recebesse os cuidados e tratamentos necessários ditos, era preciso encaminhá-los para instituição especializada, as quais normalmente ficam em outras localidades e até em outras cidades, havendo, desta forma, o afastamento da pessoa com deficiência da convivência comunitária e condenando-a ao analfabetismo.

2 CAPITULO I - UMA REFLEXÃO SOBRE O ESTÁGIO

2.1 CAPITULO I - A IMPORTANCIA DA GESTÃO DEMOCRATICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª Gercina Eloy Freire está localizada na Avenida: Prefeito Joaquim Cavalcante de Moraes S/N, Centro - Remígio –PB, com CNPJ: 0320536000118 e INEP: 25057952 e foi fundada em 10 de Janeiro de 1980. Em pouco mais de três décadas tornou-se referência para toda a população. Atualmente, a Gestão Escolar conta com uma Gestora Geral; um Gestor Adjunto; uma coordenação do EJA – Educação de Jovens e Adultos e um coordenador para Educação Infantil e Fundamental I e II.

A Escola Gercina Eloy conta, ainda, com um anexo, para comportar os quase mil anos, funciona nos três turnos e é a escola que possui o maior número de alunos e funcionários do município de Remígio. É uma escola relativamente pequena, possui pouco espaço interno, suas salas não super lotadas, não existe espaço para recreação do alunado e reunião de pais e mestres. Não possui refeitório, sua acessibilidade é restrita a rampas e algumas portas alargadas.

Tabela 3: Pessoal da EMEF Profa.Gercina Eloy Freire - 2012

PESSOAL	NÚMERO
Professores	38
Pessoal Apoio	35

Fonte: Secretaria da Escola

Tabela 2: Distribuição da Matrícula por Turno

TURNOS	MATRÍCULAS
Manhã	362
Tarde	312
Noite	304

Total	978
-------	------------

Fonte: Secretaria da Escola

Tabela 3: Distribuição de Alunos por Níveis de Ensino -2012

NÍVEIS DE ENSINO	MATRÍCULAS
Educação Infantil	53
Ensino Fundamental	710
Educação Jovens e Adultos	215
TOTAL	978

Fonte: Secretaria da Escola

A escola desenvolve vários projetos tais como: Programa Saúde na Escola; Formação Continuada para Professores sobre Currículo; Proinfo/Inclusão Digital; Gestão Nota 10 e Projeto de Leitura. Como também, vários Programas Governamentais: PDE, PDDE, PNLD, PROINFO, PROINFO Integrado, PCNs, IDEB, CAMINHO DA ESCOLA, PROVINHA BRASIL e o FUNDEB.

A Escola Gercina Eloy possui localização privilegiada, em decorrência disso é muito requisitada para encontros e oficinas pedagógicos, seminários e conferências municipais. Aos sábados, é cedida para funcionamento de Curso de Licenciatura em Pedagogia e várias Especializações, configurando-se como espaço de convivência da comunidade escolar.

A Escola possui o Conselho Escolar que é pouco atuante e exerce pouca influência na gestão escolar. Ainda não possui o seu Projeto Político Pedagógico, segundo informação da gestora o mesmo está em fase de construção. Porém, conforme questionário aplicado com toda equipe de apoio, praticamente nenhum conhece ou participou do processo de construção, outros se quer sabem da sua importância, demonstrando, assim, que sua construção está aquém do idealizado e preconizado pela legislação que o regulamenta.

Tabela 4: Calendário escolar da EMEF Profa. Gercina Eloy Freire

CALENDÁRIO ESCOLAR – 2012		
BIMESTRES	Início	Término
1º bimestre	23 de fevereiro	07 de maio

2º bimestre	08 de maio	26 de julho
3º bimestre	27 de julho	05 de outubro
4º bimestre	08 de outubro	21 de dezembro

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

2.1.1 A GESTÃO ESCOLAR E A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

O estágio supervisionado em gestão escolar na E. M. E. F. Professora Gercina Eloy Freire, teve início em 23 de Julho e terminou em 15 de Agosto do ano em curso. O mesmo foi constituído de quatro etapas distintas e seqüencialmente realizadas. A primeira etapa foi constituída de observação e conhecimento do âmbito escolar. A segunda etapa foi constituída pelo conhecimento e análise da documentação referente à escola, os projetos e programas nela realizada. A terceira etapa foi constituída da participação para observação em reuniões de departamento com professores e reuniões com pais e mestres na escola. Bem como, nesta etapa realizamos a elaboração do projeto colaborativo, o qual visava apresentar para a escola a importância da construção coletiva do plano político pedagógico. A quarta e última etapa foi basicamente a apresentação do projeto colaborativo para professores e pessoal de apoio.

Durante a primeira etapa observamos a chegada do alunado no turno tarde, a organização das salas de aula, a distribuição da alimentação (merenda escolar), a recreação dos alunos e por fim a saída dos mesmos alunos. Com tais observações constatamos que na chegada dos alunos não tem um funcionário na portaria para recepcioná-los e encaminhá-los a sala de aula e que quando tal aluno entra na sala, logo retorna para os corredores porque o(a) professoro(a) não está em sala para recebê-lo. As salas de aula são lotadas, todas possuem mais de trinta e cinco alunos cada, que possuem janelas e portas, porém, permanecem todo o horário escolar fechadas, impedido a ventilação e iluminação natural. Os alunos saem com frequência das salas de aula para circularem nos corredores, irem ao banheiro e tomarem água, sugerindo inquietude e pouco interesse pela aula, que aparentemente é tumultuada devido ao permanente barulho oriundo das salas de aula. A alimentação escolar é pouco atrativa, muitos alunos não merendam, e

comem de pé e sentadas nos batentes da escola, demonstrando desconforto e desorganização. O mesmo pode-se dizer da recreação que é tumultuada, sem direcionamento e nada lúdica. As crianças ficam dispersas, com brincadeiras pouco instrutiva, desagradáveis e em alguns momentos violentas. Durante o intervalo era possível presenciar professoras saindo da escola para fumar, lanchar e ou resolver assuntos fora da escola, deixando os alunos em sala sem nenhuma orientação, inclusive crianças de quatro e cinco anos. Com relação à saída dos alunos, era sempre muito desorganizada, não faziam filas, os professores não acompanhavam até o portão da escola e muitos saem aos gritos e empurrões. Na saída dos alunos em frente à escola, a rua fica tumultuada e perigosa, com o movimento de carros e motos ao longo da rua, muitos alunos sem a companhia dos pais ou responsáveis, ficam a deriva podendo com a falta de atenção dos mesmos acontecer acidentes.

Na segunda etapa, buscamos conhecer a documentação da escola, mais precisamente o Plano Político Pedagógico que nunca nos foi apresentado, sempre alguém da gestão e ou da coordenação pedagógica afirmava que o mesmo estava em construção, e nada nos era apresentado. Buscamos conhecer também a história da escola, seus dados estatísticos, corpo de funcionários e demais documentos pertinentes referentes à escola. Não obtivemos muito êxito, conseguimos muito poucas informações. Nesta etapa, participamos como observadoras de uma reunião de departamento de professores e a coordenação pedagógica, um encontro de formação sobre currículo, acompanhamos o encontro pedagógico municipal realizado nas dependências da escola, assistimos ainda a apresentação do PROIFO para professores da rede municipal também realizado na escola e uma ação educativa do Programa Saúde do Escolar (PSE) sobre saúde e higiene bucal.

Na terceira etapa, catalogamos as informações conseguidas, elaboramos um instrumento de pesquisa (formulário) e aplicamos com os funcionários de apoio. Posteriormente analisamos um a um, e diante do vasto campo para possíveis colaborações, decidimos após amplo debate, elaborar o projeto colaborativo sobre a importância da Construção Coletiva do PPP, visando despertá-los para participação de todos.

Na quarta e última etapa, concluímos o período de estágio e mediamos com a gestão à apresentação do Projeto Colaborativo. A princípio o mesmo seria apresentado a toda comunidade escolar, conforme foi acordado com a gestão da

escola, porém, por falta de comprometimento da gestora em questão o projeto não foi apresentado da maneira planejada, restando-nos a apresentá-lo a um pequeno grupo de professores e funcionários de apoio que encontrava-se na escola na ocasião.

2.2 PRIMEIRO ACESSO A ESCOLARIZAÇÃO

A Educação Infantil constitui, hoje, um segmento importante do processo educativo. Sua trajetória tem mais de cem anos no Brasil, mas só nas últimas três décadas seu crescimento alcançou significação maior, se tornando primeira etapa da educação básica.

Vários fatores contribuem para a expansão da educação infantil, entre os quais se destacam o avanço do conhecimento científico sobre o desenvolvimento da criança, a participação crescente da mulher no mercado de trabalho, a consciência social entre o significado da infância e o reconhecimento, por parte da sociedade, sobre o direito da criança à educação, em seus primeiros anos de vida.

A criança está inserida em uma classe social onde desempenha determinados papéis, sua participação no processo produtivo, o tempo de escolarização, o processo de socialização, se diferenciam segundo a posição da criança e da sua família na estrutura socioeconômica. Sendo essa inserção social diferente e imprópria à existência de uma população infantil homogênea, ao invés de perceber diferentes populações infantis com processo desiguais de socialização.

Porém, para entender a criança com relação a esse contexto é preciso que façamos uma reflexão do que é ser criança. KRAMER (2002) define criança dizendo: “comumente, entende-se criança por oposição ao adulto: oposição estabelecida pela falta de idade ou de maturidade é de adequada integração social.” Para o estatuto da criança e do adolescente (lei nº 069/90 art. 2): “Criança é a pessoa com até doze anos de idade incompletos”.

Nas diretrizes Pedagógicas da Educação Infantil, a criança é concebida como ser ativo e capaz motivado pela necessidade de ampliar seus conhecimentos e experiências. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, e também o marca, o que lhe dá a condição de ser humano único, de indivíduo.

As rupturas ocorridas nas estruturas sociais e familiares, que tiveram como causa a sociedade moderna, resultaram na privatização do espaço familiar, que passa a ser organizada em torno da criança.

No entanto, a responsabilidade da família pela proteção, educação e socialização da criança sofreu novas transformações a partir do desenvolvimento do modelo urbano-industrial, que teve como consequência uma perpetuação das desigualdades sociais e da própria constituição da infância.

Segundo o estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/ Lei nº 069/1990 Artigo 4º):

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade (...).

Não podemos negar que existe um reconhecimento social da criança, mas não há uma garantia do direito à infância como é o caso de uma sociedade de extremas diferenças sociais como a nossa resultando assim, no convívio de diferentes infâncias: a vivida por crianças que têm o pleno reconhecimento dos seus direitos e a daquelas que não têm nenhum destes direitos garantidos que é o caso da maioria de nossas crianças. Portanto, faz-se necessário colocar como importante questão social a definição de quem é responsável por este sujeito de direitos.

Como bem define ARROYO (1994) “o significado da infância”.

“A reprodução da infância da à ideia de ser uma atribuição exclusiva da mulher, no âmbito da família. É a sociedade que tem que cuidar da infância (...) que hoje tem que ser objeto do dever público do Estado, da sociedade como um todo. Infância que muda, que se constrói, que aparece não só como sujeito público de direitos, sujeito

É preciso garantir que as crianças sejam atendidas nas suas necessidades, que o trabalho seja planejado e acompanhado por adultos com formação em educação infantil e que saibamos ver, entender e lidar com as crianças, não apenas como estudantes, pois os processos de desenvolvimento e de socialização da criança são diversos, exigindo uma postura de conhecimento não só da criança, mas do seu grupo social e cultural. A criança precisa, portanto, ser considerada com um ser concreto e não como um ser abstrato e idealizado a partir de um padrão

universal. É importante lembrar que é intermédio do outro que a criança aprende a interpretar o mundo físico, social e cultural no qual está inserido.

Considerar, simultaneamente, a singularidade da criança e as determinações sociais e econômicas que interferem na sua condução, exige reconhecer a diversidade cultural e combater as desigualdades existentes. A exploração do mundo social e natural é tão vital para a criança quanto sua necessidade de brincar, de se exercitar, de ser amada, uma vez que esse pequeno ser tem necessidade de dar sentido a sua vida. E como sua vida se produz e reproduz no meio sociocultural esse mundo é fundamental para que ela também se compreenda.

Por isso, a educação infantil é a etapa em que as crianças estão vivenciando o mundo com seu corpo, sua mente, suas emoções. Portanto, mais importante que trabalhar determinados conteúdos acerca da sociedade, é as crianças poderem constituir gradativamente sua compreensão de mundo, observando, perguntando, explorando, experimentando e registrando suas descobertas, corroborando com a concepção de criança como cidadã, como pessoa em processo de desenvolvimento, como sujeito ativo da construção do seu conhecimento.

Desde 1975, a educação da criança de 4 a 6 anos estava inserida nas ações do Ministério da Educação. Quando foi criada a coordenação de Educação Pré-escolar, a trajetória da educação da criança de 0 a 6 anos assumiu e assume ainda hoje, no âmbito da atuação do Estado, diferentes funções, como função assistencialista, compensatória ou de caráter educacional.

Na constituição federal de 1988, a educação de crianças de 0 a 6 anos, concebida muitas vezes como amparo e assistência, passou a figurar como direito do cidadão e dever do Estado, numa perspectiva educacional em resposta aos movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças, nesse contexto, a proteção integral da criança deve ser assegurada pela família, pela sociedade e pelo estado. Sendo assim, a inclusão da creche que tinha a função de cuidar, também agrega-se à função de educar.

Em 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente foram reformados esses direitos ao mesmo tempo em que foram estabelecidos mecanismos de participação e controle social na formulação e complementação de políticas para a infância.

Após muitos desafios, o Ministério da Educação elaborou um documento de Política Nacional de Educação Infantil, que define os principais objetivos: a expansão da oferta de vagas o fortalecimento nas instâncias competentes da concepção de educação infantil e a promoção da melhoria na qualidade do atendimento na educação infantil.

Foi a partir desses objetivos que se lançou um documento sobre a formação do profissional de educação infantil que discutia a necessidade e importância do profissional qualificado para atuar em creche e pré-escola.

Em 1996, a lei de diretrizes e bases da educação (LDB) passou a considerar a importância da educação infantil como a primeira etapa da educação básica. Foi a partir desse momento que esse segmento da educação adquiriu o reconhecimento e ganhou uma dimensão mais ampla no sistema educacional.

Segundo a legislação brasileira: Lei de Diretrizes e Bases.

Art. 29 – A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 – A educação infantil será oferecida em:

- I- Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- II- Pré-escolas para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31 – Na educação infantil a avaliação se fará mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Trata-se de um avanço na educação brasileira que só foi possível em decorrência da evolução que a consciência social alcançou sobre a criança com indivíduo e membro da sociedade. A constituição destaca (art. 205) que a educação é direito de todos e, por inclusão, também das crianças de zero a seis anos. Essa conquista oferece um futuro melhor para as novas gerações.

Considerando o Projeto Político Pedagógico essencial para o bom funcionamento da escola, faremos uma abordagem teórica acerca do tema, que diante dos desafios da pós-modernidade é considerado pertinente a todos os envolvidos no processo educacional.

O Projeto Político Pedagógico é, antes de tudo, a expressão de autonomia da escola no sentido de formular e executar sua proposta de trabalho. É um documento juridicamente reconhecido, que norteia e encaminha as atividades desenvolvidas no espaço escolar e tem como objetivo central identificar e solucionar problemas que interferem no processo ensino aprendizagem. Esse projeto está voltado diretamente para o que a escola tem de mais importante “o educando” e para aquilo que os educandos e toda a comunidade esperam da escola – uma boa aprendizagem.

O Projeto Político Pedagógico é um caminho traçado coletivamente, o qual se deseja enveredar para alcançar um determinado objetivo. Deste modo, ele deve existir antes de tudo porque define-se como ação que é anteriormente pensada, idealizada. É tudo aquilo que se quer em torno de perspectiva educacional: a melhoria da qualidade do ensino através de reestruturação da proposta curricular da escola, de ações efetivas que priorize a qualificação profissional do educador, do compromisso em oportunizar ao educando um ensino voltado para o exercício da cidadania, etc. É através de sua existência que a escola registra sua história, pois é conhecido como “um conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática político-pedagógico de uma escola”.

É um processo inacabado, portanto contínuo, que vai se construindo ao longo do percurso de cada instituição de ensino. O projeto se dá de forma coletiva, onde todos os personagens direta ou indiretamente, pais, professores, alunos, funcionários, corpo técnico-administrativo são responsáveis pelo seu êxito. Assim, sua eficiência depende, em parte, do compromisso dos envolvidos em executá-lo.

VEIGA (2001) define o Projeto Político Pedagógico assim:

É um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem para chegar a que resultados. Além disso, explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. Esta ideia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente. (p.110)

Etimologicamente, o termo projeto - projetare – significa prever, antecipar, projetar o futuro, lançar-se para frente. A partir desse entendimento, construímos um projeto quando temos uma demanda para tal, quando temos um problema. Assim, falar de projeto é pensar na utopia não como o lugar do impossível, mas como o possível de ser realizado e não apenas do imaginário e desmedido como apresenta inicialmente. O desejo de mudança, a possibilidade real de existir, de se concretizar é que deve impulsionar todos os atores que apostaram e decidiram torná-lo palpável e operante.

Evidenciamos a seguir os termos Político e Pedagógico, procurando justificá-lo dentro do projeto da escola.

O projeto é político por estar introduzido num espaço de sucessivas discussões e decisões, pois o exercício de nossas ações está sempre permeado de relações que envolvem debates, sugestões, opiniões, sejam elas contra ou a favor. A participação de todos os envolvidos no Projeto Político Pedagógico da escola, as resistências, os conflitos, as divergências são atos extremamente políticos. Logo, concordamos com Aristóteles, quando afirma que “todo ato humano é um ato político”.

O projeto é pedagógico por implicar em situações específicas do campo educacional, por tratar de questões referentes à prática docente, do ensino-aprendizagem, da atuação e participação dos pais nesse contexto educativo, enfim, de todas as ações que expressam o compromisso com a melhoria da qualidade do ensino.

MENDES se refere a esta questão nos seguintes termos:

Política, aqui pode ser entendida como uma maneira de pensar e agir. Traduz uma visão de mundo, (...). Agimos, lidamos com o conhecimento e com o aluno de forma política. A Pedagogia como ciência da educação, compreende um conjunto de doutrinas e princípios teóricos que visam subsidiar e orientar a ação educativa. (...) a teoria pedagógica é uma ciência da e para a prática educacional. Temos nela um movimento da teoria à prática e da prática à teoria. MENDES (2000, p.01)

A dimensão política, a forma social é a forma coletiva, na qual alunos, professores, supervisores, orientadores, funcionários e responsáveis por alunos discutem o Projeto Político Pedagógico. Todos nós planejamos nosso dia-a-dia,

sistematicamente ou não. É através das discussões e das necessidades individuais, tornadas coletivas, que o Projeto Político Pedagógico passa a ser desenhado na cabeça das pessoas.

Ao referir-se a essas dimensões política e pedagógica do Projeto, encontramos em MARQUES apud SILVA (2000), apoio, quando expressa:

Projeto porque intencionalidade das perspectivas de atuação solidária. Projeto político porque trata de opções fundamentais éticas assumidas pela concidadania responsável em amplo debate. Projeto pedagógico porque se deve gestar no entendimento compartilhado por todos os envolvidos na atuação da escola sobre como organizar e conduzir as práticas que levem à efetividade das aprendizagens pretendidas. (p.39)

O projeto político pedagógico tem um caráter dinâmico e não acontece porque assim desejam os administradores, mas porque nos preocupamos com o destino das nossas crianças, da escola e da sociedade e ansiamos por mudanças.

A construção do Projeto Político Pedagógico surge a partir da necessidade de organizar e planejar a vida escolar, quando o improvisado, as ações espontâneas e casuais acabam por desperdiçar tempo e recursos, os quais já são irrisórios. Sendo o Projeto Político Pedagógico a marca original da escola, ele pode propor oferta de uma educação de qualidade, definindo ou aprimorando seu modelo de avaliação levando em consideração os principais problemas que interferem no bom desempenho dos alunos; estabelecer e aperfeiçoar o currículo voltado para o contexto sociocultural dos educandos; apontar metas de trabalho referentes à situação pedagógica, principalmente no que se refere às experiências com metodologias criativas e alternativas. Em função disso, é que se considera importante estruturar os princípios que norteiam as práticas educacionais.

O projeto deve ser construído tendo por base tarefas simples, passíveis de serem executadas no dia a dia da escola. Mas ele não dispensa o planejamento cuidadoso, a imaginação criadora e o espírito de equipe.

Entretanto, o mais importante para a escola, não é apenas construir um Projeto Político Pedagógico, mas o fazer educativo, a sua aplicabilidade. Não se realiza o Projeto Político Pedagógico somente porque os órgãos superiores o

solicitam à escola, mas porque a comunidade escolar dá um basta à mesmice, à organização burocrática, à condução autoritária e centralizadora das decisões.

Mas, sabemos que não é uma tarefa fácil, o processo exige ruptura, continuidade, sequência, interligação, do antes, do durante e do depois, é um avançar continuado. São mudanças que muitas vezes não são bem aceitas pela comunidade escolar, porque dá ideia de mais trabalho, mais tempo, mais custos, daí o porquê da resistência de alguns. Referindo-se a essa ideia, exprime GADOTTI:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se atravessar um período de instabilidade e buscar nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação do possível, comprometendo seus atores e autores. GADOTTI (1994)

DEMO (1998) comenta que o Projeto Político Pedagógico é como um farol de mudanças, pois define pontos importantes para a educação básica como “A instrumentalização pública mais efetiva da cidadania e da mudança qualitativa na sociedade e na economia”. Para ele, esses aspectos são primordiais no sentido de oportunizar a formação do sujeito competente e viabilizar uma educação centrada na construção da qualidade, considerando que a escola é um espaço adequado onde se processa a capacidade de manejar e produzir conhecimento, pois dela se espera construir o conhecimento, em vez de apenas reproduzir.

O Projeto Político Pedagógico é um meio eficaz para a superação da ação fragmentada tanto na educação quanto na escola, motivando e reanimando o ânimo de toda a comunidade escolar, onde cada um tenha o sentido da pertença, se sentido corresponsáveis pelo crescimento e pela melhoria do ensino.

O compromisso do professor é grande, podendo contribuir para que a escola seja um lugar de crescimento e humanização. Assim, é importante primar pela sua atualização constante, buscando referências e apoios didáticos que servirão de subsídios para inovar sua prática docente; trabalhar coletivamente, priorizar espaço onde possa vivenciar e fazer troca de experiências, revisando sempre sua formação.

Vivemos num mundo capitalista onde o poder aquisitivo fala mais alto, a educação torna-se o único meio de igualdade entre os homens, nessa perspectiva a escola passa a ser vista como uma instituição social com o objetivo de desenvolver potencialidades físicas, cognitivas que deve acontecer de maneira contextualizada desenvolvendo a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos.

A comunidade escola Creche Olívia Bronzeado possui uma media de 122 alunos, sendo 6 transferido e 116 frequentando, numa faixa etária de 2 a 6 anos, dentre eles dois são crianças com deficiência: sendo um empiricamente classificado como baixa visão e o outro deficiente mental, porém nenhum possuir CID, conforme exige a legislação.

As condições sociais e econômicas dos alunos é bem diversificada, porém a maior parte dos mesmos sobrevive da bolsa família, a carência destas crianças é vista tanto na parte financeira como afetiva, chegando muitas vezes a atrapalhar o rendimento escolar.

A Creche Olívia Bronzeado hoje é considerada como uma escola de Educação Infantil, funciona os dois períodos manhã e tarde com turmas desde o jardim as crianças de 2 anos, ao 1º ano crianças de 6 anos.

O nosso quadro de funcionários é composto por uma diretora, duas secretárias, um porteiro, um vigia, seis pessoas de apoio e seis professores, qualificados tanto pedagogicamente como psicologicamente, pois estão sempre se atualizando através dos cursos oferecidos pela secretaria de educação do município, dentre estes podemos destacar o Profa, Pro - letramento português e matemática, PROINFO, produção de leitura e escrita.

Temos em nossa Creche o Conselho Escolar com personalidade jurídica, é um órgão de deliberação coletiva sem fins lucrativos, de duração indeterminada e vinculada a secretaria municipal de educação todos os segmentos da comunidade escolar terão representatividade no Conselho Escolar através de eleição secreta ou por aclamação.

Considera-se comunidade escolar o conjunto formado por professores, diretora, membros da comunidade, mães ou responsáveis legais, pelos alunos matriculados.

Tabela 3: Pessoal da Creche Olívia Bronzeado - 2013

PESSOAL	NÚMERO
Professores	8
Monitores	3
Pessoal Apoio	7

Fonte: Secretaria da Creche

Tabela 4: Distribuição da Matrícula por Turno

TURNOS	MATRÍCULAS
Manhã	57
Tarde	65
Total	122

Fonte: Secretaria da Creche

Tabela 5: Calendário escolar da Creche Olívia Bronzeado

CALENDÁRIO ESCOLAR – 2012		
BIMESTRES	Início	Término
1º bimestre	04 de fevereiro	19 de abril
2º bimestre	22 de abril	19 de julho
3º bimestre	22 de julho	27 de setembro
4º bimestre	30 de setembro	13 de dezembro

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

9. DIALOGANDO COM A PRÁTICA

O estágio supervisionado II em Educação Infantil na Creche Olívia Bronzeado, foi realizado de 03 a 18 de Junho do ano em curso. O mesmo foi constituído de quatro etapas distintas e sequencialmente realizadas. A primeira etapa foi constituída de observação e conhecimento do ambiente da Creche. A segunda

etapa foi constituída pelo conhecimento e análise da documentação referente à Creche, os projetos e programas nela realizada. A terceira foi constituída da elaboração de plano anual de aulas, projeto de trabalho e plano de aula. A quarta e última parte foi destinado a prática pedagógica, durante cinco dias dediquei-me ao fazer pedagógico.

Durante a primeira etapa observei a chegada do alunado no turno manhã, a organização das salas de aula, a distribuição da alimentação (merenda escolar), a recreação dos alunos e por fim a saída dos mesmos alunos. As salas de aula possuem entre 15 e 25 alunos, todas tem um professor e um adjunto (monitor). A alimentação escolar é pouco atrativa, muitos alunos não merendam. O mesmo pode-se dizer da recreação que é sem direcionamento e nada lúdica. As crianças ficam dispersas, com brincadeiras pouco instrutivas. Minha observação se restringiu a sala do Infantil III, durante a mesma, a professora titular da turma faltou dois dias consecutivos, a adjunta tinha dificuldade de desempenhar as atividades pedagógicas com os alunos, passava quase todo o tempo com brincadeiras sem cunho pedagógico e pouco atrativa. Nesses dias não era aplicada atividade pedagógica com os alunos. Nos demais dias a professora titular esteve presente, no entanto explorava pouco a aprendizagem dos alunos, levava pouca atividade e os mesmo ficavam boa parte da manhã sem fazer praticamente nada.

Na segunda etapa busquei conhecer a documentação da Creche, mais precisamente o Plano Político Pedagógico. Busquei conhecer também a história da creche, seus dados estatísticos, corpo de funcionários e demais documentos pertinentes referentes a ela. Nesta etapa não tive contato com a coordenação pedagógica, apenas com a professora titular da sala e sua adjunta, com Diretora e alguns funcionários de apoio.

Na terceira etapa cataloguei as informações conseguidas, elaborei o plano anual de aulas, o projeto de trabalho e as aulas a serem práticas durante cinco dias e suas respectivas atividades.

Na quarta e última parte do estágio destinei a prática de aula, durante cinco dias procurei colocar em prática o que tinha observado e considerado adequado para os alunos do infantil III. Bem como procurei desempenhar da melhor forma possível o que tenho aprendido em sala de aula no Curso de Licenciatura em Pedagogia e principalmente o que tinha planejado no projeto de trabalho e nas aulas

elaboradas. Cujo tema era o São João, desta forma planejei atividades envolvendo colagem e pintura de BALÕES, BANDEIRAS, PIPOCAS, PAMONHAS, COMIDAS TÍPICAS, FOGUEIRAS, MÚSICAS DE SÃO JOÃO E DANÇAS.

O primeiro dia de prática foi nervoso, pois estava ansiosa e preocupada com aceitação e envolvimento dos alunos no transcorrer da aula. Levei duas atividades uma para colorir o balão e circular a letra A da palavra BALÃO, não fui bem sucedida porque os alunos ainda não tinha habilidade de circular. Logo, tiveram dificuldade de circular as letras e quando percebi tal dificuldade, mudei a atividade, pedi aos alunos que não mais circulassem e sim pintassem a letra A.

Os demais dias transcorreram de forma tranqüila e bastante produtiva, fiz colagem de bandeirinhas e balões. Montei junto com os alunos o balão maior juntando os balões menores colados pelos alunos. Ao longo das aulas percebi que as crianças cantavam e dramatizavam com facilidade a música cai,cai balão. Também, distinguiam com facilidades os símbolos juninos. Bem como conseguiam identificar a letra A em todas as palavras a elas apresentadas.

A última aula realizada em 18 de Junho, foi um tanto confusa. Perdi à hora e cheguei atrasada na Creche quando lá já estava a Professora Supervisora de estágio, a turma já estava pronta para o início da aula e professora titular da sala já estava apta a iniciar a aula. Não tinha escolhido a história para o início da aula e terminei por pegar a que tinha sido escolhida pela outra professora, cometi um erro, pois não conhecia a história e não pude contá-la e explorá-la como poderia e deveria. Procurei seguir a rotina da sala como normalmente era feito normalmente pela professora da sala e também fazia durante os dias de prática de estágio.

O estágio na Educação Infantil foi um espaço rico na aquisição de conhecimento e experiência. Com ele pude conhecer o campo da educação infantil que ainda era desconhecido. Foi uma descoberta prazerosa e satisfatória.

O estágio supervisionado II em Educação Infantil foi significativo para mim porque propiciou a aproximação das teorias estudadas no meio acadêmico e a prática vivenciada no cotidiano escolar.

Pude também observar na prática educação infantil, seus desafios e desdobramentos. Percebi ao longo do estágio o quanto é importante a educação infantil como porta de entrada no mundo da escolarização, que ainda é muito pouco

valorizada. Apresentando várias carências de pessoal, de espaço, de reconhecimento e de investimentos.

2.3 CONSTRUINDO UMA DIFERENTE PERSPECTIVA DO ENSINO FUNDAMENTAL

O presente tópico busca descrever os acontecimentos durante o período do Estágio supervisionado III, o qual faz parte do componente curricular em Ensino Fundamental (PAFOR). O Estágio Supervisionado caracteriza-se como eixo de formação profissional, sendo a escola/sala de aula o “lócus” de ação e reflexão para construção de uma prática educativa, junto às crianças do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. A especificidade do campo de estágio é enfatizada nas palavras de Garrido(2004, p.61)

O estágio como campo de conhecimento e eixo curricular central nos cursos de formação de professores possibilita que sejam trabalhados aspectos indispensáveis à construção da identidade dos saberes e das posturas específicas ao exercício profissional docente.

O ensino fundamental é norteado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, a Constituição Federal Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN e Deliberação do Conselho Municipal de Educação do Município.

No Ensino Fundamental, o Projeto Político – Pedagógico da Escola privilegia o ensino enquanto construção do conhecimento, o desenvolvimento pleno das potencialidades do aluno e sua inserção no ambiente social utilizando, para isso, os conteúdos curriculares da base nacional comum e os temas transversais, trabalhados em sua contextualização.

O Projeto Político – Pedagógico da Escola é norteado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, a Constituição Federal Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN e Deliberação do Conselho Municipal de Educação do Município. A escola desenvolve seu trabalho numa concepção de educação que considera o

estudante sujeito ativo e participativo, capaz de construir seu próprio conhecimento. O processo de escolarização é marcado no sentido de ampliar a compreensão da dinâmica social, das variadas forças e conhecimentos que disputam poder na sociedade, das diferentes interpretações de conteúdos, fatos, objetos, fenômenos e comportamentos sociais. Com base na Lei 9394/96 – LDB, que fundamenta a política educacional, do país para o Ensino Fundamental, a referida instituição objetiva através do Projeto Político Pedagógico, direcionar coletivamente um trabalho que garanta a permanência e o sucesso dos que nela ingressam, diminuindo assim a evasão e a repetência.

O desenvolvimento das ações da escola terá como referência a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Fundamental nº 9.394/ 2006, visando à coerência nas reformulações: Lei Federal nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000, Decreto Lei 5296 de dois de Dezembro de 2004, Lei Federal 9394 de 20 de Dezembro de 1996 e nas regras previstas na ABNT –Associação Brasileira de Normas Técnicas – que estabelecem no seu artigo 1º normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação, LEI Nº 9.795 em seu artigo 2º que dispõem sobre a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal, Lei nº 11.645, que torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, Lei nº 11.769, DE 18 de agosto de 2008, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica, LEI Nº 10.793 em seu artigo 26-§ 3º a educação física, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno.

A implantação de uma política de ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos de duração, conforme lei nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006, exige tratamento ampliando as possibilidades de aprendizagem.

Como os próprios PCNS atestam não se trata de novas áreas ou disciplinas, mas de uma nova prática educacional: A transversalidade. Nessa proposta, os

conteúdos devem ser trabalhados transversalmente aos conteúdos tradicionais. Transversalidade e interdisciplinaridade não se excluem mutuamente; ao contrário, são concepções que se completam.

O estabelecimento de Ensino Fundamental se propõe atingir os seguintes fins: o desenvolvimento da personalidade humana, proporcionando ao aluno a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto - realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania; a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade; a condenação de qualquer tratamento desigual por motivo de convicção religiosa, preconceito de classe ou raça;

Para legitimidade e efetividade dessa política educacional, são necessárias ações formativas da opinião pública, condições pedagógicas, administrativas, financeiras, materiais e de recursos humanos, bem como acompanhamento e avaliação, em todos os níveis da gestão educacional. A implantação de uma política de ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos de duração, conforme lei nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006, exige tratamento político administrativo e pedagógico, uma vez que o objetivo de um maior número de anos no ensino obrigatório é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar com maiores oportunidades de aprendizagem, desse modo pretende-se assegurar o pleno desenvolvimento das crianças em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual, social e cognitivo, tendo em vista alcançar os objetivos do ensino fundamental, sem restringir a aprendizagem das crianças de seis anos de idade à exclusividade da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental de nove anos, mas sim ampliar as possibilidades de ensino e aprendizagem.

O estágio supervisionado em educação fundamental I na E. M. E. F. Professora Gercina Eloy Freire, teve início em 12 de maio e terminou em 05 de junho do ano em curso. O mesmo foi constituídas de quatro etapas distintas e sequencialmente realizadas. A primeira etapa foi constituída de observação e conhecimento do âmbito escolar. A segunda etapa foi constituída pelo conhecimento e análise da documentação referente à escola, os projetos e programas nela realizada. A terceira parte foi constituída especificamente da

observação da sala de aula e prática de ensino realizada em sala. A quarta e última etapa foi a atuação em sala de aula, ministrando aula prática.

Durante a primeira etapa observamos a chegada do alunado no turno tarde, a organização das salas de aula, a distribuição da alimentação (merenda escolar), a recreação dos alunos e por fim a saída dos mesmos alunos. As salas de aula são lotadas, todas possuem mais de trinta e cinco alunos cada, que possuem janelas e portas, porém, permanecem todo o horário escolar fechadas, impedido a ventilação e iluminação natural. Os alunos saem com frequência das salas de aula para circularem nos corredores, irem ao banheiro e tomarem água, sugerindo inquietude e pouco interesse pela aula, que aparentemente é tumultuada devido ao permanente barulho oriundo das salas de aula.

A alimentação escolar é pouco atrativa, muitos alunos não merendam, e comem de pé e ou sentada nos batentes da escola, demonstrando desconforto e desorganização. O mesmo pode-se dizer da recreação, sem direcionamento e nada lúdica. As crianças ficam dispersas, com brincadeiras pouco instrutivas, desagradáveis e em alguns momentos violentas. Durante o intervalo era possível presenciar professoras saindo da escola, para fumar, lanchar e ou resolver assuntos fora da escola, deixando os alunos em sala sem nenhuma orientação, inclusive crianças de quatro e cinco anos. Com relação à saída dos alunos era sempre muito desorganizada, não faziam filas, os professores não acompanhavam até o portão da escola e muitos saem aos gritos e empurrões. Na saída dos alunos em frente a escola, a rua fica tumultuada e perigosa, com o movimento de carros e motos ao longo da rua, muitos alunos sem a companhia dos pais ou responsáveis, ficam a deriva podendo com a falta de atenção dos mesmos acontecer acidentes.

Na segunda etapa buscamos conhecer a documentação da escola, mais precisamente o Plano Político Pedagógico que nunca nos foi apresentado, sempre a alguém da gestão e ou da coordenação pedagógica afirmava que o mesmo estava em construção, e nada nos era apresentado. Buscamos conhecer também a história da escola, seus dados estatísticos, corpo de funcionários e demais documentos pertinentes referentes à escola, não obtivemos muito êxito, conseguimos muito poucas informações. Nesta etapa participamos como observadoras da Comemoração do dia das mães da escola.

A terceira etapa do estágio realizamos observação da sala de aula do 3º Ano C, turno: tarde que é composto por vinte e quatro (25) alunos, sendo 12 meninos e 13 meninas, os quais tem idades variadas que estão entre 8 e 10 anos. Os mesmos estão em fases diferentes de alfabetização, destes doze estão alfabetizados, oito estão na fase silábica e três na pré-silábica e dois totalmente analfabetos. Do total de vinte e cinco alunos é possível observar que três tem deficiência intelectual, ainda sem diagnóstico. A sala de aula conta com boa ventilação e iluminação, carteiras e cadeiras adequadas e todos os alunos receberam livros didáticos.

Na quarta e última etapa constitui-se com a prática pedagógica em sala de aula, que trabalhou durante as cinco aulas os temas alimentação saudável e copa do mundo, todas as atividades eram interligadas, contando na medida do possível com a participação dos alunos.

Ao longo das aulas, os assuntos a serem trabalhados eram expostos, buscando sempre a participação dos alunos, dou muitos exemplos e apesar disso, muitas vezes sinto-me frustrada, enquanto esforço-me, alguns alunos riem, conversam, discutem, brincam e terminam atrapalhando a aula, não aprende e dificultam a aprendizagem dos colegas. Quando é chegada a hora das atividades poucos tentam responder e quase toda a turma espera eu dá as respostas, para apenas copiar.

A aprendizagem dos alunos do 3º ano C – tarde, ocorre de forma limitada, não percebo nos mesmos o entusiasmo, o interesse e a curiosidade esperada para a idade. É constante a desatenção e distração durante as aulas, poucos são aqueles que de fato se concentram e demonstram querer fazer e aprender o que está sendo ensinado, é como se não tivesse utilidade nenhuma e eles estão na sala apenas para cumprir uma exigência dos pais.

Diante desta situação me pego a pensar que o ensino está falido, ou nossas estratégias didáticas não servem, ou ainda, o que estamos ensinando não tem sentido ou significado no cotidiano da criança. Vejo que o conteúdo contemplado no currículo é um MAR e o que de fato as crianças aprendem e usam no seu dia a dia é pouco mais que uma gota.

Nesse contexto avalio continuamente o interesse, a participação na aula, as atividades feitas e resolvidas.

3 CAPITULO II - A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A nossa história é conturbada, contraditória e submissa ao capital financeiro e a cultura estrangeira, que concebeu uma identidade ainda indefinida ao nosso povo, que em nossos dias, cultua valores e padrões que não nos pertence. A educação basicamente existe para manter e reproduzir tais valores, assim tem sido e é. Aspectos norteadores da educação brasileira evidenciam padrões, normas, regras, conteúdos, métodos, posturas e práticas cotidianas que regulamentam o autoritarismo, o centralismo, a imposição, a exclusão, como sendo algo normal e correto.

A defesa da cidadania e do direito à educação é dever de todos, pois entendemos que a educação é a única política pública que pode propiciar o desenvolvimento e transformação de nossa sociedade, porque, lida diariamente com conhecimento e com formação de opinião, podendo desta forma intervir na construção de novos comportamentos e valores, como também, romper definitivamente com a lógica capitalista, que traz consigo a exploração, submissão, reprodução ideológica de massa da população que convive aprisionada por preconceitos, medos e valores que lhes são ensinado como seus.

Percebe-se, desta forma, o quanto a educação e suas práticas reproduzidas em escolas e salas de aula, precisam e devem avançar para contemplar a diversidade social e cultural da população brasileira, adequando-se às necessidades dos alunos independentemente de sua condição. A preocupação com a inclusão educacional e com as minorias marginalizadas socialmente, culturalmente e ou por práticas segregadoras na política educacional brasileira, veio ocorrer somente no final dos anos 50 e início da década de 60 do século XX.

Os movimentos sociais pelos direitos humanos, intensificados basicamente na década de 1960, conscientizaram a sociedade sobre os prejuízos da segregação e da marginalização de indivíduos de grupos com status minoritários, tornando a segregação sistemática de qualquer grupo ou criança uma prática intolerável. (MENDES, 2006, 387p.)

A inclusão escolar está acontecendo em maior intensidade atualmente, por força da legislação vigente em nosso país e por investimentos do Ministério da Educação - MEC, através da Secretaria de Educação Especial – SEESP; a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, estão concebendo adaptações, no sentido de eliminar barreiras arquitetônicas e pedagógicas, visando receber as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e inseri-las na sala de aula do ensino regular e no contra turno ofertar aos mesmos o Atendimento Educacional Especializado, na mesma escola, que preferencialmente esteja localizada na comunidade de origem daquele aluno. Para tanto, está havendo uma corrida contra o tempo, no sentido de tais escolas estarem aptas arquitetonicamente e pedagogicamente.

Com base nos princípios do Desenho Universal e da Lei nº 10.098/00, toda escola deve promover ambiente acessível, eliminando as barreiras arquitetônicas e adequando os espaços que atendam à diversidade humana. (MACHADO, 2007, p.105)

Porém, percebemos que esta corrida em busca das reformas, visando adaptar as escolas, na verdade está muito a quem do desejado. As reformas apresentadas em sua maioria consiste basicamente em alargar portas e construir rampas, dando acesso apenas a alguns espaços escolares, impossibilitando a locomoção dentro da escola, mantendo de forma disfarçada a conhecida segregação. Tais reformas ignoram completamente os princípios do “Desenho Universal” (DISCHINGER et al, apud MACHADO, 2007, p.10)

A compreensão do direito a educação é algo restrito a poucos educadores, é corriqueiro encontrar professores em pleno exercício, com práticas discriminatórias, preconceituosas e segregadoras. Desta forma profissionais que integram a educação evidencia através de falas, olhares e praticas pedagógicas o preconceito, a desvalorização e a negação do direito a educação, as crianças e adolescentes com deficiência que são matriculados e integradas as salas de aula, não incluída. Evidenciando assim a tênue linha entre integração e inclusão. Pois integrar não é incluir, fazer parte. Integrar neste contexto é mascarar a exclusão.

Este trabalho vislumbra mostrar que no processo de garantia de direito e acesso a educação, as adequações arquitetônicas, mesmo aquelas que seguem os

princípios do desenho universal, não são suficientes para a inclusão educacional ser bem sucedida, pois a maior barreira existente quando se trata de inclusão educacional é a existência do preconceito, discriminação, a não valorização e reconhecimento do outro, ou seja, a falta de acessibilidade humana, que provoca a exclusão, rejeição, desvalorização e negação de direito.

A Educação Inclusiva, fundamentada em princípios filosóficos, políticos e legais dos direitos humanos, compreende a mudança de concepção pedagógica, de formação docente e de gestão educacional para a efetivação do direito de todos a educação pública, gratuita e de qualidade.

A educação ao longo dos anos deu passos significativos quanto à oferta de vagas, qualificação dos professores, estrutura física de algumas escolas, melhora da merenda escolar e oferta de livros didáticos. No tocante a mudança de conteúdos e de currículo, modos de avaliação, métodos de ensino, práticas e concepções pedagógicas tradicionais não apresentaram transformação, pois insistimos em ensinar as nossas crianças e adolescentes a repetir, reproduzir, imitar e fantasiar; quase nunca a pensar, contextualizar, conhecer, fazer, criar e construir.

O nosso sistema educacional é na verdade um conjunto desorganizado, cuja finalidade maior é manter as estruturas sociais, econômicas e políticas existentes em nosso país, nos ensina a exaltar padrões de beleza norte americanos e europeus, que nada tem haver com a nossa beleza diversa, construída por sua maioria por matrizes indígenas e africanas; faz-nos através dos meios de comunicação de massa pensar e agir conforme o modismo do momento, basta apresentar um corte de cabelo de um jogador de futebol, uma dança extravagante e cheia de insinuações ou uma música com uma letra vaga e vulgar que nossas crianças, adolescentes e jovens em sua maioria simplesmente segue, não sabe porque, mais faz. Diante desse contraste evidencia-se que algo está fora da ordem. A necessidade de rever nossos conteúdos e currículo escolar é latente, as metodologias e práticas pedagógicas devem ser contextualizadas e terem um sentido coerente com sua realidade econômica, social, cultural e se possível local. Devemos trabalhar em uma perspectiva inclusiva, não podemos aceitar os moldes excludentes, porque resistir à inclusão?

Na verdade, resiste-se à inclusão escolar porque ela nos faz lembrar que temos uma dívida a saldar em relação aos alunos que excluimos pelos motivos mais banais e inconsistentes, apoiados por uma organização pedagógico-escolar que se destina a alunos ideais, padronizados por uma concepção de normalidade e de eficiência arbitrariamente definida. (MANTOAN, 2006, p.25)

A educação nos moldes atuais nega direitos, limita espaços, não favorece a inclusão. É perceptível a complexa relação entre os que fazem a “educação” – Diretores, Professores, Coordenadores, Supervisores – e os que recebem esta “educação” – alunos e familiares; observa-se o contraditório, todos integram o que denominamos comunidade escolar e ao mesmo tempo estão em lados diferentes, com olhares e interesses diferentes, quase se digladiando.

É inegável que a inclusão coloca ainda mais lenha na fogueira e que o problema escolar brasileiro é dos mais difíceis, diante do número de alunos que temos de atender, das diferenças regionais, do conservadorismo das escolas, entre outros fatores.

A verdade é que o ensino escolar brasileiro continua aberto a poucos, e essa situação se acentua drasticamente no caso dos alunos com deficiência. (MANTOAN, 2006, p.23)

A inclusão educacional é um desafio que se fortalece, ao longo de sua jornada, muito se tem debatido, interpretações equivocadas surgem a cada dia, principalmente por aqueles que não internalizaram que educar é um dever e não um favor. Sabemos das resistências a mudanças e ou transformação, porque reconhecer que sua prática exercida há anos é danosa a inclusão não é fácil. Porém, erguer a bandeira e defender as mudanças necessárias para garantir a inclusão educacional é justa e coerente.

Nossa obrigação é fazer valer o direito de todos, a Educação e não precisamos ser corajosos para defender a inclusão, porque estamos certos de que não corremos nenhum risco ao propor que alunos com e sem deficiência deixem de frequentar ambientes educacionais à parte, que segregam, discriminam, diferenciam pela deficiência, excluem – como é próprio das escolas especiais. (MANTOAN, 2006, p.26/27)

Educar é transformar vidas, trilhar caminhos desconhecidos, descobrir e construir novos caminhos, é perceber ou outro com suas potencialidades, habilidades e juntos despertar para o novo, o diferente, o diverso e ao longo de tais descobertas construir, fortalecer e ampliar a multiplicidade de saberes existe em cada um de nós.

A história da Educação Especial no Brasil foi se organizando sempre de maneira assistencial, dentro de uma perspectiva segregativa e por segmentação das deficiências, fato que contribuiu para o isolamento da vida escolar e social das crianças e jovens com deficiência.

Paralelamente a evolução asilar, a institucionalização da escolaridade obrigatória e a incapacidade da escola de responder pela aprendizagem de todos os alunos deram origem, já no século XIX, às classes especiais nas escolas regulares, para onde os alunos difíceis passaram a ser encaminhados. (MENDES, 2006, p.387)

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial é definida como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços e realiza o atendimento educacional especializado – AEE de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos público alvo da educação especial.

É o atendimento educacional especializado, ministrado preferencialmente nas escolas do ensino regular, que deverá realizar uma seleção de recursos e técnicas adequados a cada tipo de comprometimento para o desenho das atividades escolares. O objetivo é que o aluno tenha um atendimento especializado capaz de melhorar a sua comunicação e sua mobilidade. (BERSCG; MACHADO, 2007, 27p.)

Tal política tem seu respaldo na Constituição do Brasil – 1988, que define no art. 205, que a educação é um direito de todos e, no art. 208, III, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência; A política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – 2008 – objetiva garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola regular, e na

p.15 – define que o AEE tem a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos; No Decreto Nº 6.571/2008, definiu no §1º do art. 1º que Atendimento Educacional Especializado é um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente e prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular e no §2º, determina que o AEE integre a proposta pedagógica da escola, envolvendo a participação da família e a articulação com as demais políticas públicas.

A legislação aqui enfatizada propiciou avanços consideráveis quanto ao respeito, valorização e garantias tanto no ensino regular, quanto na oferta do AEE. Primeiro porque anteriormente a escola pública por preconceito, falta de estrutura adaptada e profissional sem nenhum tipo de formação e interesse na área, sempre apresentavam diversas dificuldades, visando não receber tais alunos, e quando os recebia a oferta educacional era bastante precária, não garantindo aprendizado algum a tais alunos, ele permanecia anos na mesma série, com o mesmo professor, até a pessoa com deficiência sentir-se de fato inútil, frustrado e incapaz, em decorrência disso desistir da escola, não mais retornando. Segundo porque diante da deficiência apresentada, achava-se que o mesmo não era capaz de aprender, e em decorrência de tal deficiência devia-se tratar com medicamentos, internação e ou tratamento em instituições especializadas, ou seja, a pessoa com deficiência era visto como doente e incapaz para a vida em sociedade, levando as suas famílias a escondê-los e deixá-los quase em situação de isolamento. Logo, para que a pessoa com deficiência recebesse os cuidados e tratamentos necessários, era preciso encaminhá-los para instituição especializada, as quais normalmente ficam em outras localidades e até em outras cidades, havendo desta forma o afastamento da pessoa com deficiência da convivência comunitária e condenando-a ao analfabetismo.

Tais dilemas ainda existem, porém, com menor intensidade, atualmente por força da legislação vigente no país e por investimentos do Ministério da Educação - MEC, através da Secretaria de Educação Especial – SEESP; a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, estão concebendo adaptações arquitetônicas espaciais no sentido de eliminar barreiras arquitetônicas, humanas e pedagógicas, visando receber as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e inseri-las na sala de aula do

ensino regular e no contra turno ofertar aos mesmos o Atendimento Educacional Especializado, na mesma escola que preferencialmente esteja localizada na comunidade de origem daquele aluno. Para tanto está havendo uma corrida contra o tempo, no sentido de tais escolas estarem aptas arquitetonicamente e pedagogicamente falando, para receber tais pessoas e mostrar-li que são pessoas que trazem consigo uma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e ou altas habilidades/superdotação que os fazem diferentes, não incapazes ou unteis, que mesmo com tais diferenças, são capazes, possuem potencialidades, talentos que facilmente irá aflorar, sendo perfeitamente capazes de viver e conviver em sociedade, de adquirir conhecimento, trabalhar, constituir família, ou seja, capazes de construir uma vida independente e autônoma com dignidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inclusão é a palavra de ordem em nosso país, apesar de já existir legislações de toda natureza assegurando a inclusão social, educacional, digital, produtiva, de gênero e tantas outras possíveis; A mídia constantemente propaga ações pontuais de inclusão, que muitas vezes mascara a realidade, confunde-se com integração e muitas vezes no seu trilhar provoca a exclusão velada, a negação nua e crua de direitos.

Faz-se urgente e necessário revermos nossos padrões, ações, comportamentos e valores, vislumbrando uma sociedade digna, justa e humana. A inclusão de qualquer natureza só irá acontecer quando, nos tornarmos melhores, enquanto pessoa, humano. Não basta rampas, corrimões, portas alargadas, mapas táteis e sonoro, cadeiras e software, tecnologias assistivas e tantos outros suportes técnicos e tecnológicos, se não houver valorização e respeito as diferenças, a diversidade e as pessoas com deficiência, e principalmente se não acontecer primeiramente a aceitação do outro independentemente de condição e amor a profissão de educador.

O homem com sua ganância e ignorância pode destruir sua vida e manchar sua história. Com sua sensibilidade, criatividade e sabedoria transforma sua vida, enobrece sua história e deixa seu legado para a humanidade.

5 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, E. M. M.; MORI, N. N. R. O Atendimento Educacional às pessoas com deficiência. IN: AZEVEDO, Mario Luiz Neves de (Org.). **Política Educacional Brasileira**. Maringá: EDUEM, 2005, p. 115-128.

BATISTA, C. A. M.; MANTOAN, M. T. E.. **Educação Inclusiva** – atendimento educacional especializado para deficiência mental. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BERSCH, R. Tecnologia assistiva e atendimento educacional especializado: conceitos que apóiam a inclusão escolar de alunos com deficiência. In: MANTOAN, M. T. E. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 131-145.

_____, R. Tecnologia assistiva. In: SCHIRMER, C. R. *et al.* **Atendimento educacional especializado: deficiência física**. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007. p. 31-40.

BRASIL. Decreto - lei n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Seção 1, p. 5-10.

_____. MEC/SEESP. Decreto n. 6.471/2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em 20 de março de 2009b.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. MEC/SEESP, 2007.

COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS. 2007. **Ata da Reunião V, de agosto de 2007**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR). Disponível em: